



**FENAJUFE**

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

---

Ofício nº 013/2020secp

Brasília, 4 de março de 2021.

A Sua Senhoria o Senhor

**Dr. Edmundo Veras dos Santos Filho**

Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal - STF

Brasília – DF

**Assunto: apresenta pauta de reivindicações entregue ao Fórum de Carreira do CNJ e requer abertura de diálogo com o STF.**

Senhor Diretor-Geral,

A Fenajufe – Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, entidade sindical de grau superior que congrega 29 (vinte e nove) sindicatos filiados em todo território nacional, legítima representante sindical dos mais de cento e trinta mil servidores destes segmentos, com fundamento no artigo 8º, III, da Constituição da República, vem perante Vossa Senhoria apresentar alguns considerandos e ao final requerer.

Considerando que o Conselho Nacional de Justiça instituiu o Fórum de Discussão Permanente de Gestão de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, através da Portaria CNJ nº 119, de 29 de julho de 2020, com a finalidade de debater questões relativas à carreira dos servidores do Judiciário da União;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, assim como a Fenajufe, integra o Fórum de Carreira criado pelo Conselho Nacional de Justiça;

Considerando que a Fenajufe apresentou pauta com reivindicações aprovadas em instâncias deliberativas da categoria (Ofício nº 242/2020secp, de 16 de novembro de 2020, anexo) ao Fórum de Carreira do CNJ;

Considerando que o governo tem negligenciado o combate à pandemia, com morosidade na aquisição de vacinas contra a Covid-19 e busca mais uma vez sacrificar os servidores públicos com proposições que retiram direitos do funcionalismo;



**FENAJUFE**

Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União

Fundada em 08.12.92

---

Considerando que o governo quer aprovar a reforma administrativa, que visa a redução da presença do Estado no provimento de bens e serviços à população, a desregulamentação de direitos e a regulamentações de restrições e obrigações, a privatização dos serviços públicos e a redução salarial drástica dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, causando um prejuízo enorme aos servidores público e toda população em geral;

Requeremos abertura de diálogo com o Supremo Tribunal Federal acerca da pauta supracitada, tendo em vista conter pontos fundamentais para os servidores do PJU, como reforma administrativa, política salarial, alteração do requisito de escolaridade no ingresso do cargo de técnico judiciário, questões relativas à pandemia e teletrabalho, entre outros

Atenciosamente,

**Roberto Policarpo Fagundes**  
Coordenador de Administração e Finanças

**Leopoldo Donizete Donizete de Lima**  
Coordenador Jurídico e Parlamentar